COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO - PROGRAMA ARPA

Ata da 2ª Reunião Ordinária 2025 do Comitê do Fundo de Transição

Data: 14 de agosto de 2025	Local: Reunião híbrida realizada presencialmente no escritório do FUNBIO em Brasília
Horário: 09:30 às 15:00 horas	
Participantes com direito a voto: Representantes dos Membros Doadores Institucionais: 6 participantes; Representantes dos Membros Doadores Corporativos: 1 participantes; Representante do Membro Doador Indivíduo: 0 participante; Representantes dos Membros do Governo Brasileiro: 1 participantes. **Lista de Participantes:** José Alentejano (Presidente do CFT); Meg Symington (WWF-US); Adriana Moreira (GEF); Avecita Chicchón (Moore); Carola Griebenow (KfW); Mariana Napolitano (WWF-Brasil); Thomas Nemes (Anglo American); Francisco Oliveira (Moore) Roberta Holmes (DAP/MMA); Ana Britto (DAP/MMA); Renata Gatti (DAP/MMA); Bruno Lopes (Analista de Projetos/FUNBIO); Luiz Felipe de Luca (ICMBio); Carolina Campos (ICMBio); Rosa Lemos (Secretária Geral/FUNBIO); Manoel Serrão (Superintendente de Programas/ FUNBIO); Aylton Coelho (Superintendente de Finanças/FUNBIO); Fernanda Marques (Assessora de Projetos/FUNBIO); Clarissa Pimenta (Gerente de Portfólio/FUNBIO) Fábio Ribeiro (Gerente de Projetos/FUNBIO); Fernanda Estrella (Analista de Projetos/FUNBIO).	

Sumário

I. Apresentações, agenda do dia e revisão dos encaminhamentos da última reunião 2

II. Execução ARPA e Performance FT 2

III. Apresentação Relatórios B e C: Relatório Compreensivo de Progresso do ARPA e Plano Bienal de Necessidades Financeiras do ARPA..... 3

IV. Apresentação Relatório J: Desempenho das Condições de Desembolso e Recomendação da Quantia a ser desembolsada para o Biênio 2026/2027..... 3

V. Deliberação do montante de recursos a ser disponibilizado pelo FT para o Planejamento 2026/2027 do Programa..... 5

VI. Atualizações sobre a Proposta Submetida ao Fundo Amazônia..... 6

VII. Resultado do Curso de Procedimentos do Programa ARPA 7

VIII. GT ARPA Comunidades 7
IX. Calendário de Planejamento ARPA 2026/2027 9
X. Assuntos Gerais 10
XI. Deliberações 10
XII. Encaminhamento 10
XIII. ASSINATURAS 10

I. Apresentações, agenda do dia e revisão dos encaminhamentos da última reunião

José Alentejano- abriu a reunião com boas-vindas aos participantes. Fábio Ribeiro, do FUNBIO, apresentou a agenda do dia e revisou os encaminhamentos e deliberações da última reunião.

II. Execução ARPA e Performance FT

Fernanda Estrella apresentou a execução do Planos Operativos (POs). No ano atual, até junho de 2025, o total executado alcançou R$ 21 milhões. Numa análise comparativa entre o valor solicitado e o planejado nos três últimos POs, observou-se que, em média, 17% do planejado não é solicitado pelas Unidades de Conservação (UCs). Com base nessa média, foi realizada uma projeção para o biênio atual e, caso seja mantido o percentual médio, o valor solicitado no PO chegaria a R$ 107 milhões. Também até junho de 2025, o PO 2024/2025 apresentava R$ 77 milhões solicitados, dos quais R$ 74 milhões já estavam comprometidos ou executados.

Aylton Coelho Neto destacou que o ano tem sido tranquilo em termos de caixa, graças ao balanceamento realizado no ano anterior. A carteira local, concentrada em renda fixa para preservação do capital, apresentava um saldo de R$ 192 milhões em junho e um retorno real de 4,3%, acima da inflação. A carteira internacional apresentou retorno de 4,74% até junho, com queda de cerca de 1% em julho. O Fundo de Transição totalizou em junho US$ 119 milhões (R$ 652 milhões) considerando a taxa de câmbio do final do mês. Aylton ressaltou que os portfólios têm perfis diferentes, que há recursos suficientes na conta operativa para execução ascendente do programa até o fim do ano, e destacou a consistência na alocação de ativos como fator central para os resultados alcançados.

Alentejano apresentou um gráfico mostrando o comportamento dos índices S&P 500 e NASDAQ-100 desde 2020. Ressaltando a elevada volatilidade, Alentejano observou que os indicadores apresentaram picos marcantes em 2020 e no final de 2021, e que estão novamente perto das máximas históricas. Concluiu ressaltando que desde o final de 2024 alterações na política

americana fizeram o risco financeiro global aumentar e reforçou a necessidade do CFT ser conservador em suas decisões.

III. Apresentação Relatórios B e C: Relatório Compreensivo de Progresso do ARPA e Plano Bienal de Necessidades Financeiras do ARPA

Bruno Lopes apresentou os Relatórios B e C, elaborados para subsidiar o Comitê do Programa (CP) e o Comitê do Fundo de Transição (CFT) na avaliação do desempenho do ARPA, no planejamento bienal e na verificação das Condições de Desembolso. Destacou-se que, segundo a FAUC 2025, há 57 UCs consolidadas e 40 em alto grau de consolidação, totalizando 81% das UCs do Programa. Apesar de não atingir a meta de 112 UCs consolidadas até 2025, houve avanços significativos, inclusive entre UCs não consolidadas.

Em execução financeira, 2024 registrou recorde histórico de execução anual e, até maio de 2025, o biênio alcançou R$ 72 milhões executados pelos OGs com recursos do FT. As contrapartidas dos OGs mostraram recuperação após queda em 2021, atingindo R$ 61,5 milhões em 2024, com destaque para o esforço de diversificação de fontes, embora ainda prevaleçam recursos orçamentários estaduais/federais.

Das dez Condições de Desembolso, cinco foram plenamente atendidas, quatro parcialmente e uma não atendida (Desempenho de Execução Financeira). Houve bonificações de 5% para ICMBio e IDEFLOR-Bio/PA pela criação e ampliação de UCs .Persistem desafios quanto à repactuação do Plano de Consolidação, revisão de marcos inexequíveis, adequação de recursos para equipamentos e sinalização.

Bruno Lopes destacou também a contratação da empresa La Comunica para elaboração de um plano de comunicação para o programa em 2025 e as tratativas para o lançamento do ARPA Comunidades, instituído pelo Decreto nº 12.484/2025, com a consequente extinção do CP e previsão de nova composição a ser definida pelo MMA ainda este ano.

IV. Apresentação Relatório J: Desempenho das Condições de Desembolso e Recomendação da Quantia a ser desembolsada para o Biênio 2026/2027

Fábio Ribeiro apresentou o Relatório J, elaborado pelo FUNBIO, que subsidia o CFT na definição do valor a ser desembolsado pelo Fundo de Transição (FT) para apoio às Unidades de Conservação (UCs) e demais despesas do Programa ARPA. O documento, de periodicidade bienal, é baseado nos relatórios B e C emitidos pela UCP/MMA e nos modelos de custos e financeiro, aplicando a fórmula de desembolso conforme o cumprimento das condições previstas no Manual Operacional do Programa (MOP).

Para o biênio 2026/2027, o Programa mantém o apoio a 120 UCs, sem novas adesões ou previsão de apoio à criação de novas unidades. O investimento total estimado é de R$ 278,6 milhões, sendo R$ 171,3 milhões do FT antes dos descontos por desempenho dos Órgãos Gestores (OGs). A aplicação da fórmula de desembolso, que considera o atendimento parcial ou total das condições de desembolso, resultou em uma redução de R$ 12,48 milhões, totalizando R$ 158,85 milhões para os OGs.

Somados os custos do Gestor do Fundo (14% do total), da secretaria do CFT e da capacitação de gestores, o desembolso total previsto para o biênio é de R$ 181,55 milhões.

Roberta Holmes apresentou a proposta de aporte de R$ 1,81 milhão para a UCP/MMA no próximo biênio. Informou que o orçamento contempla principalmente oficinas presenciais de planejamento (R$ 1,01 milhão), viagens relacionadas ao ARPA e ARPA Comunidades (R$ 100 mil), um analista para apoio ao monitoramento do programa (R$ 400 mil), consultorias técnicas incluindo análises sobre o SAMGe/FAUC e apoio ao Monitora (R$200 mil) e a continuidade das ações de comunicação do ARPA (R$ 100 mil).

Manoel Serrão destacou os desafios relacionados aos marcos referenciais, sugerindo que seja feita uma análise entre o que foi planejado e o que de fato foi executado, lembrando que em revisões anteriores houve remanejamento de recursos entre marcos. Ressaltou que o modelo inicial previa a consolidação em 2020, levando todas as UCs para a fase de manutenção, com menor demanda financeira. No entanto, os atrasos têm exigido gastos adicionais, testando os limites da elasticidade do modelo financeiro e capacidade de suporte do Fundo de Transição.

Rosa Lemos destacou a importância de avaliar situações em que fatores externos, como a sobreposição com terras indígenas, inviabilizam a consolidação de determinadas UCs. Sugeriu que, nesses casos, seja considerada a possibilidade de flexibilizar o modelo, classificando como consolidadas UCs neste tipo de condição, sendo apenas aquelas com alto potencial real de consolidação.

Roberta Holmes observou que, nas discussões bilaterais e reuniões com órgãos gestores, tem sido recorrentemente comentada a dificuldade de se atingir as metas em alguns marcos referenciais. Destacou que o problema não decorre de falta de recursos ou capacidade de execução, mas sim de aspectos metodológicos. Ressaltou, portanto, a necessidade de ajustes para que determinadas UCs possam ser consideradas consolidadas.

Manoel Serrão destacou a importância de avaliar a execução acumulada de algumas UCs que, apesar de estarem no programa desde o início, ainda não alcançaram a consolidação plena. Ressaltou a necessidade de atenção a casos específicos, para que o volume de investimentos não ultrapasse limites razoáveis.

Em seguida, Francisco Oliveira questionou Bruno Lopes sobre o pico observado no orçamento previsto para 2029. Bruno explicou que o grande acúmulo observado em 2029 está relacionado à revisão dos planos de manejo, já que o modelo considera uma projeção de revisão dos planos a cada cinco anos. Entre 2026 e 2027, não será necessário usar imediatamente esse recurso, pois ainda não foi possível identificar quais planos serão revisados. Ele destacou que, nas próximas oficinas, será feito um refinamento dessa previsão por meio de conversas com os órgãos gestores, buscando uma visão mais precisa do cronograma de revisões. Bruno também mencionou que, do total de 120 planos, 54 estão desatualizados. Por fim, esclareceu que o acúmulo em 2029 será diluído ao longo dos anos seguintes conforme a progressão da execução do Programa.

Luiz Felipe de Luca esclareceu que, no âmbito do ICMBio, houve uma atualização metodológica relevante: o plano de manejo passou a ser mais tático e perene, complementado por planos temáticos (como proteção), que são atualizados constantemente. Essa mudança impacta diretamente os resultados e precisa ser considerada junto ao planejamento financeiro. Observou também que os novos planos são mais objetivos e simplificados em comparação com os antigos documentos extensos, o que pode gerar ganhos de qualidade.

Francisco lembrou ainda que, no passado, havia obrigatoriedade de revisão dos planos a cada 5 anos, mas hoje isso é apenas uma recomendação, permitindo maior flexibilidade na atualização conforme a necessidade.

V. Deliberação do montante de recursos a ser disponibilizado pelo FT para o Planejamento 2026/2027 do Programa

Clarissa Pimenta apresentou uma comparação entre os valores resultantes do modelo para o PO 2026/2027 e os valores aprovados para desembolso no PO 2024/2025. Com a inclusão dos custos operacionais relativos à gestão do FT e coordenação pela UCP, os valores previstos para o próximo biênio são 21% superiores (R$ 32 milhões) aos valores aprovados para o biênio anterior. Quando projetados até 2039, esses valores ultrapassariam a capacidade de suporte projetada para o FT.

Considerando esse cenário, a pedido do CFT o FUNBIO realizou um exercício para avaliar um possível contingenciamento dos valores previstos para o PO 2026/2027, considerando a manutenção da margem de segurança definida anteriormente pelo CFT de 15% em relação ao risco do FT esgotar recursos antes da finalização do Programa em 2039. O resultado deste exercício sugeriu um contingenciamento de 15,5% sobre o valor previsto pelo modelo para o próximo biênio, significando um montante total de R$ 154.851.080 para o PO 2026/2027. Deste montante, um total de R$ 134.230.772 seriam destinados ao planejamento das UCs.

Foi ressaltado que, mesmo com este contingenciamento, o valor proposto para desembolso ao PO 2026/2027 ainda é superior ao valor aprovado para o biênio anterior, com um aumento de R$4,7 milhões no valor a ser planejado pelas UCs. Considerando ainda a média percentual de solicitações

nos últimos três POs (83%), o grupo concordou que o contingenciamento não deve afetar a execução das atividades neste biênio, e o CFT deliberou pelo valor a ser desembolsado para o PO 2026/2027.

Deliberação 1: Aprovado pelo CFT para o biênio 2026/2027 o desembolso de de R$ 154.851.080, sendo R$ 134.230.772 a ser planejado pelas UCs, R$ 18.903.505 para os custos de gestão do FT (), R$ 200 mil para os custos da Secretaria CFT (R$ 200.000), R$ 128 mil para treinamento de gestores e R$1,5 milhão para coordenação do programa pela UCP.

Recomendação: O comitê recomendou que a redução não impacte o teto das UCs já consolidadas (em manutenção).

VI. Atualizações sobre a Proposta Submetida ao Fundo Amazônia

Rosa Lemos apresentou o histórico de apresentação da proposta ao Fundo Amazônia, destacando que o último desembolso de R$ 10 milhões do ASL para o ARPA dependeria de uma contrapartida do governo associada a um aporte adicional ao Programa. A proposta inicial, elaborada em 2017, não foi aprovada devido ao contingenciamento de recursos do Fundo Amazônia nos quatro anos seguintes. Após a retomada do Fundo, a equipe realizou diversos ajustes e reuniões com o BNDES, ICMBio, FUNBIO e MMA, mas a aprovação da proposta vinculada ao Fundo Amazônia não avançou.

Adriana Moreira (GEF) questionou o motivo da negativa de liberação do Fundo Amazônia. Rosa explicou que a primeira dificuldade identificada foi a alegação de uma falta de adicionalidade para redução do desmatamento no programa. Destacou que, embora a proposta apresentada à Câmara de Subcomissão do PPCDAm tenha sido aprovada com o reconhecimento de sua contribuição ambiental, outros questionamentos legais foram feitos pelo BNDES, dentre eles o processo de contratação do Funbio. Foi esclarecido que o FUNBIO atua apenas na gestão financeira, enquanto a execução das ações cabe aos órgãos gestores, e que o FUNBIO foi selecionado como gestor do Programa ARPA em 2002, antes da Lei do Terceiro Setor (MROSC) sobre gestão de recursos não orçamentários. Mesmo assim, a liberação dos recursos não progrediu. Como alternativa foi proposto atrelar a condição de desembolso a contrapartida de compensações ambientais federais para UCs apoiadas pelo Programa ARPA. Rosa informou que houve extensão do prazo do contrato com o Banco Mundial até março de 2026 e solicitou apoio para viabilizar a destinação dessa contrapartida para a liberação do último desembolso do Projeto ASL para o ARPA.

Luiz Felipe colocou que essa proposta é viável no que tange ao ICMBio. Destacou que os sistemas atualmente utilizados pelo ICMBio permitem não apenas planejar, mas também acompanhar a execução dos recursos nas UCs por meio de relatórios detalhados gerados pelo OG. Ele explicou que o sistema registra as ações de manejo, monitoramento da biodiversidade,

marcação e fiscalização, possibilitando acompanhamento preciso da execução de cada atividade. Informou ainda que está em curso a atualização para o Siscomp 2, que trará maior detalhamento, inclusive por ação de manejo, alinhando-se às metas do ARPA.

Encaminhamento 1: O FUNBIO deve avançar nas tratativas com Banco Mundial e MMA para que a compensação ambiental em UCs Federais apoiadas pelo Programa ARPA seja reconhecida como contrapartida, atendendo assim à 3ª condição de desembolso do ASL.

VII. Resultado do Curso de Procedimentos do Programa ARPA

Fábio Ribeiro conduziu a apresentação dos resultados da avaliação treinamento do Programa ARPA em Manaus, realizado de 10 a 12 de junho de 2025, destacando o objetivo central de fortalecer as capacidades técnicas e operacionais dos gestores das UCs apoiadas pelo Programa, com foco na execução e gestão eficiente dos recursos. O encontro contou com a participação de 84 representantes de 52 UCs, além de pontos focais, UCP/MMA e FUNBIO. A metodologia foi estruturada de forma prática e dinâmica, reunindo apresentações institucionais, exercícios em grupo, simulações no sistema Cérebro e acompanhamento próximo da Gerência, com apoio de equipe remota na correção dos exercícios. Na sequência, Fábio apresentou a organização dos três dias de atividades.

Ao comparar com treinamentos anteriores, Fábio ressaltou as melhorias implementadas: uma metodologia mais prática, maior clareza sobre o Plano de Consolidação, padronização de processos, melhor compreensão sobre os cartões, intensificação do uso do Cérebro e maior engajamento dos gestores e troca de experiências entre as UCs. Por fim, apresentou os resultados da avaliação, que registraram alto índice de satisfação, com destaque para a clareza dos conteúdos, adequação dos exercícios, boa duração do treinamento e funcionamento do sistema Cérebro. Fábio concluiu enfatizando a importância do treinamento como ferramenta de capacitação de parceiros do Programa e que o saldo do encontro foi muito positivo, fortalecendo a segurança e a capacidade das UCs para a execução eficiente dos recursos do Programa. Ele também reforçou o papel da UCP na construção e realização do treinamento junto com o FUNBIO.

VIII. GT ARPA Comunidades

Fernanda Marques apresentou o andamento do ARPA Comunidades, estruturado em cinco componentes principais: fortalecimento das organizações comunitárias; promoção da sociobioeconomia em larga escala nas UCs; expansão do acesso à energia e internet como condição habilitante para a melhoria da qualidade de vida das comunidades e para a efetividade dos demais componentes; criação e implementação de novas UCs; e um componente transversal voltado ao monitoramento e à construção de uma comunidade de aprendizado.

Ela destacou que a implementação do programa será um processo adaptativo, com mecanismos de ajuste contínuo a partir dos aprendizados. Foram apresentados estudos preliminares que apontam potencial de incremento anual entre 70 e 100 milhões de dólares em receitas da sociobioeconomia, impacto positivo em cerca de 130 mil pessoas residentes nas unidades apoiadas, possibilidade de retirar aproximadamente 100 mil pessoas da linha da pobreza — segundo parâmetros do Banco Mundial — e a criação de cerca de 3 milhões de hectares de novas UCs.

Fernanda ressaltou que a construção do programa vem sendo realizada há três anos, de forma participativa e envolvendo diferentes atores. Entre os marcos relevantes, mencionou a primeira visita de campo realizada em 2022, durante a comemoração dos 20 anos do ARPA; o apoio formal do governo em 2023; a assinatura do memorando de entendimento com doadores; a primeira oficina comunitária; a apresentação internacional na COP em Dubai; e o primeiro compromisso de doação, feito pelo KfW, no valor de 22 milhões de euros. Em 2024, o processo foi marcado pelo detalhamento dos elementos do programa, com oficinas que envolveram lideranças de 55 das 60 UCs, cujos insumos foram incorporados ao plano de conservação e à definição de critérios de priorização. Em 2025, o decreto assinado em 3 de junho incorporou oficialmente os objetivos do ARPA Comunidades ao Programa ARPA, e o lançamento oficial está previsto para setembro. Essa construção foi apoiada por uma estrutura de governança que inclui um Comitê Executivo, composto por representantes do MMA e de suas secretarias, além de um Comitê Estratégico, contando ainda com a participação ativa do ICMBio para construção, provisão de dados e integração do ponto de vista do órgão e das comunidades.

Em relação à estrutura de implementação, Fernanda destacou a existência do plano de conservação e de uma modelagem financeira de 15 anos, que prevê contrapartida governamental como parte da estratégia de transição.

Fernanda Marques apresentou também a proposta de governança do Programa ARPA. O antigo Comitê do Programa passa a ser o Conselho do ARPA Criação e Gestão, e o ARPA Comunidades contará igualmente com seu próprio conselho, ambos de caráter técnico e programático. Fernanda detalhou ainda a composição dos colegiados previstos na portaria em tramitação, destacando a ampla representação de governo, sociedade civil, academia, doadores e comunidades — incluindo seis representantes de organizações extrativistas no Conselho do ARPA Comunidades.

No ARPA Comunidades participarão três Secretarias do MMA (Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais, Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável e Secretaria Nacional de Bioeconomia), cada uma com unidade de coordenação representada no Conselho. O FUNBIO ficará responsável pela parte operacional de consolidação de dados e relatórios, articulando-se com as 60 UCs de uso sustentável, seus conselhos e organizações comunitárias, especialmente para fortalecer negócios comunitários.

O Comitê do Fundo de Transição manterá o papel de assegurar sustentabilidade financeira, com o FUNBIO como gestor do fundo, agora ampliado para atender às duas frentes do programa.

Ela reforçou a importância do equilíbrio entre os atores e informou que a portaria segue em tramitação, dependendo de aval do Ministério da Fazenda e do Ministério de Minas e Energia antes de seguir para a Casa Civil.

Por fim, informou que se encontram em andamento a elaboração do manual operacional, que consolidará os elementos construídos, e a definição das condições de desembolso para o ARPA Comunidades, inspiradas na experiência do Programa ARPA.

Avecita Chicchon (Moore) comentou que, considerando a vida útil do projeto de 15 anos, seria fundamental incorporar o crescimento demográfico nas análises. Questionou a taxa utilizada e se o modelo projetava corretamente o aumento do número de beneficiários, estimado em 100 mil pessoas.

Adriana Moreira parabenizou a apresentação e destacou a relevância do caráter coletivo do ARPA Comunidade. Pontuou que as projeções de retorno parecem elevadas, pediu maior clareza sobre dados populacionais nas UCs e observou a redução de moradores pela falta de alternativas econômicas. Ressaltou o papel estratégico do programa na fixação das populações tradicionais e no engajamento de jovens e mulheres em empreendimentos, considerados chave para o sucesso. Por fim, sugeriu fortalecer a conexão com iniciativas comerciais, citando o modelo Amazônia Viva (Natura/Verte) como referência.

Manoel ressaltou a necessidade de mapear o grau de maturidade das organizações produtivas envolvidas, identificando aquelas mais aptas a acessar arranjos de investimento, crédito e mercados. Ressaltou que os investimentos do programa devem priorizar meios de produção e espaços coletivos, fortalecendo capacidades locais e promovendo empoderamento comunitário. Enfatizou, ainda, a importância de articular essas iniciativas com estratégias nacionais e estaduais de bioeconomia, de forma a integrar políticas públicas e ampliar a sustentabilidade socioeconômica das comunidades.

IX. Calendário de Planejamento ARPA 2026/2027

Roberta Holmes apresentou o calendário das próximas oficinas de planejamento, destacando que os tetos orçamentários serão disponibilizados a todos os órgãos gestores. O objetivo é que, até 1º de janeiro, todos os Planos Operativos estejam vigentes no sistema Cérebro.

Ela explicou que, para organizar o trabalho nos próximos meses, a UCP e FUNBIO tem realizado reuniões quinzenais. As oficinas foram divididas por regiões para otimizar a participação: de 9 a 12 de setembro, em Santarém; de 23 a 25 de setembro, em Manaus; e uma terceira oficina de 31 de setembro a 02 de outubro em Porto Velho. Cada oficina contará com cerca de 60 participantes, incluindo gestores das UCs, pontos focais, equipes do Funbio, UCP e moderação contratada, além da equipe do SAMGe/ICMBio, garantindo integração e articulação entre todos os envolvidos.

Após as oficinas presenciais, haverá uma etapa remota de refinamento. As atividades de novembro e dezembro serão flexíveis, considerando eventos como a COP, e visam consolidar a

governança do ARPA, formalizando registros para atender ao Manual Operacional. O objetivo é que, em janeiro, todos os Planos Operativos do novo ciclo estejam ativos no Cérebro.

X. Assuntos Gerais

Sobre a entrada dos novos doadores do ARPA Comunidades no CFT, destacou-se a necessidade de assinatura dos contratos e acordos de cooperação técnica como condição para exercer o direito de voto e participar plenamente das reuniões.

Adriana Moreira enfatizou que apenas os doadores com contratos vigentes e assinados terão assento e direito a voto no CFT. Ela reforçou que o CFT não toma decisões de gestão do projeto, cabendo-lhe a responsabilidade fiduciária sobre a utilização dos recursos, garantindo que os compromissos assumidos com os doadores sejam cumpridos, com o que os presentes concordaram.

XI. Deliberações

Deliberação 1: Aprovado pelo CFT para o biênio 2026/2027 o desembolso de de R$ 154.851.080, sendo R$ 134.230.772 a ser planejado pelas UCs, R$ 18.903.505 para os custos de gestão do FT (), R$ 200 mil para os custos da Secretaria CFT (R$ 200.000), R$ 128 mil para treinamento de gestores e R$1,5 milhão para coordenação do programa pela UCP.

XII. Encaminhamento

Ponto de pauta	Descrição	Responsável
Atualizações sobre a Proposta Submetida ao Fundo Amazônia	Encaminhamento 1: O FUNBIO deve avançar nas tratativas com Banco Mundial e MMA para que a compensação ambiental em UCs Federais apoiadas pelo Programa ARPA seja reconhecida como contrapartida, atendendo assim à 3ª condição de desembolso do ASL	FUNBIO/MMA

XIII. ASSINATURAS

14 de agosto de 2025.

MEMBROS CFT DOADORES INSTITUCIONAIS: _____

José Augusto Alentejano
WWF/Brasil

_____

Avecita Chicchón
Gordon and Betty Moore Foundation

_____

Francisco Oliveira
Gordon and Betty Moore Foundation

_____

Adriana Moreira
GEF

_____

Meg Symington
WWF/US

_____

Carola Griebenow
KfW

MEMBRO CFT CORPORATIVO:

_____ **Thomas Nemes** Anglo American
MEMBRO CFT DO GOVERNO BRASILEIRO: _____ **Carlos Eduardo Marinello** Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
SECRETARIA EXECUTIVA CFT: _____ **Rosa Lemos de Sá** Secretaria Geral / FUNBIO